



São forças que se atraem. No plano vivencial da prática moral, não existe um sentido tão radical e recluso de autonomia que se constrói ou se alimenta pelo descaso ou pela indiferença total aos apelos da vida como valor primário. Mesmo quando consideramos a possibilidade real do suicídio, do aborto, da eutanásia ativa e voluntária, como manifestações explícitas da autonomia do sujeito particular, o espaço em que estas situações são cogitadas ou concretizadas é permeado de muita conflitividade. Pois, do outro lado, a vida eclode sempre de seu próprio fundo como valor a ser respeitado, preservado, promovido, defendido... Valor este portador de uma necessidade profunda de realização, de crescimento, de amparo, de coesão, cuja força está radicada na própria interioridade do ser humano.

É este espaço de tensão e de inter-relação que o discurso bioético precisa salvar para evitar as tendências reducionistas. Se existe conflito de valores, isto revela que nem tudo se resolve pela radicalização unilateral de um ponto de vista moral. O próprio conflito funciona como um pólo que é capaz de imantar em torno de si distintos posicionamentos valorativos, porém, abertos à crítica, ao questionamento, à reformulação, à interpenetração mútua. Como o horizonte da bioética se vê continuamente assediado por novos problemas e por fatos inusitados, a necessidade de repensar os valores tradicionais a partir de novas fórmulas éticas é sempre emergente.

Endereço do Autor:

ITESC – Cx.p. 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC



No dia 30.10 deste ano celebrou-se o centenário da criação da Pontifícia Comissão Bíblica por ato do papa Leão XIII, em 1902. Dez anos antes, o mesmo papa lançara a encíclica Providentissimus, a primeira das três grandes encíclicas que, na primeira metade do século XX, nortearam o desenvolvimento dos estudos bíblicos na Igreja Católica, até o seu fruto maduro, consubstanciado na Constituição dogmática Dei Verbum, publicada em 1965, no final do concílio Vaticano II. A propósito do centenário da PCB, o autor começa apresentando o contexto histórico de sua criação, os objetivos da Comissão, as características de suas intervenções e “respostas”, o impacto da encíclica Divino Afflante, de Pio XII, em 1943, a carta ao Cardeal Suhard em 1948, a Instrução sobre a verdade histórica dos Evangelhos em 1964 e, finalmente, seus dois mais recentes documentos. A seguir, o autor reflete sobre a Bíblia e sua leitura na Igreja, sobre a relação entre Escritura, Tradição e Magistério, segundo a Dei Verbum n. 11 e, enfim, sobre a identidade da exegese católica que, sem deixar de ser científica, não pode deixar de ser teológica.

A Comissão Bíblica e a Bíblia na Igreja

*Pe. Ney Brasil Pereira **

* O Autor, professor no ITESC, é mestre em Ciências Bíblicas e, desde 20.09.01, membro da Pontifícia Comissão Bíblica



No dia 30 de outubro celebrou-se o centenário da criação da Pontifícia Comissão Bíblica por ato do papa Leão XIII, o grande papa da encíclica *Rerum Novarum*, sobre a questão social, publicada em 1891. Em 1893, o mesmo papa lançara a encíclica *Providentissimus*, a primeira das três grandes encíclicas que, na primeira metade do século XX, nortearam o desenvolvimento dos estudos bíblicos na Igreja Católica, até o seu fruto maduro, consubstanciado na Constituição dogmática *Dei Verbum*, publicada em 1965, no final do concílio Vaticano II. Este centenário da Pontifícia Comissão Bíblica nos convida a algumas reflexões, as quais se concentrarão nos dois pontos mencionados no título: 1. A própria Comissão como tal, e 2. A Bíblia na Igreja.

1. A Pontifícia Comissão Bíblica

Três anos antes da publicação da encíclica *Providentissimus*, fora fundada, em Jerusalém, em 1890, por dominicanos franceses, chefiados pelo Pe. Lagrange, a *École Biblique*, que se notabilizou pela pesquisa científica do texto bíblico e por pesquisas também no campo arqueológico, pesquisas registradas na sua revista, a *Revue Biblique*, fundada em 1892 e publicada ininterruptamente até hoje. Entre outros méritos dessa instituição avulta a elaboração da “Bíblia de Jerusalém”, a primeira e mais conceituada versão católica moderna da Bíblia a partir dos textos originais, publicada na década de 1950 e depois traduzida em todo o mundo.

Mas recordemos as circunstâncias que antecederam e motivaram a criação da Pontifícia Comissão Bíblica. Os estudos bíblicos floresciam, de modo particular, entre os chamados protestantes liberais, especialmente após a descoberta da decifração da escrita cuneiforme, em 1851, decifração que abriu o acesso aos antigos textos acádicos e assírios, enquanto a exegese católica mantinha uma atitude apenas defensiva e apologética ante as investidas racionalistas. Foi nesse contexto que, quase dez anos após a publicação da encíclica *Providentissimus*, na qual ele havia incentivado, embora com precauções, o cultivo do método histórico-crítico, Leão XIII, quase no final do seu pontificado, em outubro de 1902, achou oportuno criar uma Comissão que acompanhasse e orientasse os estudos bíblicos na Igreja Católica¹. A referida Comissão seria constituída por alguns Cardeais, com voto deliberativo, e por um número maior de especialistas em exegese bíblica de várias nacionalidades, com voto consultivo.

¹ Sobre esse fato assim se expressa, negativamente, Hans KÜNG: “No final do pontificado de Leão, tendências retrógradas tornaram-se novamente evidentes, p. ex. na fundação de uma Comissão Papal Bíblica para supervisionar os exegetas...” (in *A Igreja Católica*, Edit. Objetiva, RJ, 2002 [trad.] p. 214).



Em abril do ano seguinte, 1903, foi publicado o regulamento da Comissão, entre cujos objetivos se elencavam os seguintes: 1. proteger e defender a integridade da fé católica em matéria bíblica; 2. Promover o progresso da exegese bíblica, levando em conta os avanços da ciência; 3. Interpor juízo para dirimir as controvérsias que fossem surgindo entre os pesquisadores católicos; 4. Responder às consultas que fossem sendo dirigidas à Comissão. Havia ainda outros objetivos, que foram sendo absorvidos pelo Pontifício Instituto Bíblico, criado por São Pio X em Roma, no ano de 1909. Esse Instituto, provido de excelente Biblioteca especializada, tem formado desde então gerações e gerações de biblistas de todo o mundo, que lá se têm matriculado, qualificando-se para o mestrado e o doutorado em Ciências Bíblicas. O papel moderador e, de certo modo, fiscalizador, da Pontifícia Comissão Bíblica, foi reforçado pelo mesmo São Pio X, nos onze anos do seu pontificado, tão marcado pela decidida luta contra o movimento chamado de “modernismo”. Vários pioneiros da exegese católica foram então censurados, como o próprio Pe. Lagrange, da *École Biblique* de Jerusalém, e o Pe. Loisy, do Instituto Católico de Paris. Desse período data uma série de tomadas de posição da Pontifícia Comissão Bíblica, em geral caracterizadas pela reserva em relação às novidades.

Ao pontificado de São Pio X seguiu o de Bento XV, de 1914 a 1922, balizado pela segunda grande encíclica bíblica do século, a *Spiritus Paraclitus*, publicada em 1920, por ocasião do 15º centenário da morte de São Jerônimo. Este, grande comentarista bíblico no final do século IV e começo do século V, foi o abalizado tradutor do Antigo Testamento hebraico para o latim, tradução que passou a ser conhecida como a Vulgata, e que se tornou o texto bíblico oficial da Igreja católica. Notar, porém, que a tradução de Jerônimo restringiu-se aos livros da “*Veritas Hebraica*”, enquanto os livros deuterocanônicos do Antigo Testamento e mesmo todo o Novo Testamento receberam dele apenas uma revisão. A partir do exemplo de São Jerônimo, para quem “ignorar as Escrituras é ignorar o próprio Cristo”, Bento XV deu novo impulso aos estudos bíblicos na igreja, impulso levado adiante por Pio XI e, mais ainda, por Pio XII. A Pio XII devemos a terceira grande encíclica bíblica, a *Divino Afflante*, publicada em plena guerra mundial, no ano de 1943, cinquenta anos após a *Providentissimus* de Leão XIII. A *Divino Afflante* confirmou a legitimidade do uso do método histórico-crítico e reconheceu a validade dos vários aspectos da crítica textual, especialmente a análise dos gêneros literários, tomando assim posição decidida contra a leitura fundamentalista ou literalista do texto bíblico. Esta abertura, aliada ao incentivo às traduções modernas dos textos originais, provocou enorme florescimento do chamado “movimento bíblico”, que promoveu cursos, semanas de estudo, congressos, associações, revistas bíblicas, em todo o mundo.

Em 1948, cinco anos após a *Divino Afflante*, foi publicado um documento da Pontifícia Comissão Bíblica, dirigido ao Cardeal Suhard, de Paris, em forma



de carta, revendo as posições tomadas pela própria Comissão quarenta anos antes, sobre a autoria mosaica do Pentateuco e o gênero literário dos onze primeiros capítulos do Gênesis. Em 1964, em pleno concílio Vaticano II, quando eram acesas as discussões sobre o texto da *Dei Verbum*, a Pontifícia Comissão Bíblica emitiu uma *Instrução sobre a verdade histórica dos evangelhos*², alertando, como era do seu dever, contra posições extremadas dos que hoje se chamam de “minimalistas”, os que sistematicamente questionam a historicidade dos relatos bíblicos. A propósito, é impressionante constatar como vão se sucedendo, sem fim, e cada vez mais volumosos, os estudos sobre o Jesus histórico, que se distingue, embora não se possa separar, do Cristo da fé.

Depois do Concílio, reformulou-se a Pontifícia Comissão Bíblica, que já não é mais um órgão do Magistério, mas uma Comissão de peritos que gozam da confiança da Igreja, quando se posicionam, como exegetas católicos, em relação aos problemas essenciais de interpretação da Escritura. Seu Presidente é o Cardeal titular da Congregação para a Doutrina da Fé, no momento, o Cardeal Ratzinger, que preside também a Comissão Teológica Internacional. Seria interessante saber qual a participação que teve – deve ter tido! – a Pontifícia Comissão Bíblica da época, na elaboração das duas Instruções da Congregação para a Doutrina da Fé sobre a Teologia da Libertação, em 1984 e 1985, tema fundamentalmente bíblico... Mas não tenho informações a respeito.

Em 1993, no centenário da encíclica *Providentissimus* e no cinquentenário da *Divino Afflante*, a Pontifícia Comissão Bíblica publicou importante documento sobre “*A interpretação da Bíblia na Igreja*”³, apresentando uma visão geral dos métodos atuais de interpretação e, ao mesmo tempo, uma orientação concreta sobre as possibilidades e limites desses caminhos. Último documento da Pontifícia Comissão Bíblica é um estudo sobre “*O povo judeu e suas Santas Escrituras na Bíblia cristã*”⁴, publicado no ano passado e abordando o tema sempre atual da inter-relação entre Antigo e Novo Testamento ou, como hoje se prefere dizer, entre o Primeiro e o Segundo Testamento da mesma Aliança, celebrada outrora com Israel, e renovada, a seu tempo, com a Igreja. O documento se insere na corrente de reaproximação entre cristãos e judeus que começou com João XXIII e que fez parte das decisões do concílio Vaticano II.

A atual Pontifícia Comissão Bíblica, que tem mandato até 2006, tem como objeto de estudo a temática do relacionamento entre Bíblia e Moral,

² Texto publicado na REB, vol. 24, fasc. 2, junho de 1964, pp. 483-487.

³ Texto publicado por Ed. Loyola, SP, 1994.

⁴ Texto publicado por Ed. Paulinas, SP, 2002.



tema vastíssimo, que deverá naturalmente ser delimitado e refletido até se conseguir elaborar uma proposta que seja, neste atribulado início do novo milênio, relevante. O número de membros da Comissão é agora de vinte, três deles sendo da América Latina, um da África, outro das Filipinas, um do Canadá, dois dos Estados Unidos, os restantes sendo de vários países da Europa. As reuniões ordinárias da Comissão duram apenas uma semana, uma vez por ano, continuando, porém, nos intervalos, é claro, o trabalho da Secretaria e de subcomissões que se façam necessárias. Pelo que se vê, a função atual da Pontifícia Comissão Bíblica está bastante relativizada, em relação às suas finalidades iniciais há um século. Os estudos bíblicos floresceram tanto, as faculdades bíblicas se multiplicaram a tal ponto, que é difícil uma Comissão, por mais bem escolhida que seja, abranger e avaliar e orientar toda a atividade bíblica que acontece na Igreja. Vale aqui, como em tantas áreas, o princípio da subsidiariedade, que sabiamente reparte responsabilidades e incentiva e aceita colaborações. Como órgão representativo e ponto de referência, porém, ela espera poder continuar prestando seus serviços.

2. A Bíblia na Igreja

O que é a Bíblia? Em nossa cultura, marcada pela invenção da escrita, primeiro ideográfica, cerca de 3000 anos aC, depois alfabética, cerca de 1500 anos aC, a Bíblia é o registro literário, o testemunho documental, da revelação de Deus ao ser humano. Ela não está isolada na história da humanidade: outras culturas, outras línguas, têm seus escritos religiosos, seus livros sagrados. Mas para nós, ocidentais cristãos, a Bíblia é o livro por excelência, o livro fundamental da nossa fé. Ela fala de Deus, da sua primeira à última página. Desde o versículo inicial do Gênesis, fundamental, porque nos propõe a cosmogonia da fé – *No princípio, Deus criou o céu e a terra* (Gn 1,1) – a Bíblia é um impressionante testemunho de Deus. A Lei, os Profetas, os Salmos, os Sábios, o Novo Testamento, tudo, todos esses setenta e três livros, em cada uma de suas páginas, nos falam de Deus. De Deus e da sua constante atuação na história humana.

Dizemos que a Bíblia é, ou contém, a “palavra de Deus” – expressão de certo modo paradoxal, porque “palavra” é um fenômeno humano, que só vale para Deus de modo analógico – palavra divina em sua origem mas humana na sua expressão. Ora, Deus quis que esta sua palavra se concretizasse duplamente ao longo da história: librificando-se, tornando-se livro, nas Escrituras, e enfim, “na plenitude dos tempos”, encarnando-se, tornando-se carne, no Senhor Jesus. A propósito, como é bela a síntese do início da carta aos hebreus: *Muitas vezes e de muitos modos falou-nos Deus outrora a nossos pais pelos profetas... Nestes tempos, que são os últimos, falou-nos por seu Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas e pelo qual fez os séculos* (Hb 1,1-2)... Ou, mais sublime



ainda, o início do evangelho segundo João: *No princípio era a Palavra, e a Palavra estava voltada para Deus, e a Palavra era Deus. Tudo foi feito por meio dela, e sem ela, a Palavra, nada foi feito de tudo quanto existe... E a Palavra se fez carne, e habitou entre nós, e nós vimos a sua glória...* (Jo 1,1-3.14)

São João aí, em poucas frases, expressa toda a densidade e o paradoxo do mistério cristão, que não tem receio de afirmar que Deus, o Infinito, “se fez carne”, se fez matéria, assumindo assim a nossa condição humana, como também a Palavra divina, eterna, assumiu as limitações e ambiguidades da linguagem humana. Como na pessoa divina de Jesus se encontram, sem se confundirem, a natureza divina e a natureza humana, assim também é a Palavra de Deus: humana, sem deixar de ser divina; divina, sem recusar de ser humana.

É isto que faz a beleza e a complexidade da Bíblia: passagens sublimes, diáfanas, divinas, e passagens obscuras, ambíguas, humanas. O carisma da Inspiração escriturística, que nós cremos ter animado os hagiógrafos, levando-os a escrever “tudo e só aquilo” que Deus quis que escrevessem “em vista da nossa salvação”, como ensina o Concílio (DV,11), não deve ser interpretado de maneira monofisita. É um carisma divino, sim, mas assumindo plenamente a condição humana, à semelhança do que afirma a carta aos hebreus em relação ao Senhor Jesus: como o Filho de Deus se fez *igual a nós em tudo, exceto no pecado* (Hb 4,15), assim também a Palavra de Deus se torna em tudo semelhante à linguagem humana, exceto na falsidade.

A Bíblia, na sua essência, é um livro aberto, que se resume na dimensão fraterna, diria até meramente antropológica, da existência, segundo a palavra do próprio Cristo em Mateus: *Tudo o que quereis que os outros vos façam, fazei-o vós a eles, pois nisto consiste a Lei e os profetas* (Mt 7,12); ou segundo o ensinamento de Paulo, na carta aos romanos: *A plenitude, a síntese, a perfeição da Lei, é o Amor*, e Paulo, no contexto, está falando do amor ao próximo (Rm 13,10); ou ainda João, na sua primeira carta: *Se alguém diz que ama a Deus, a quem não vê, mas não ama o irmão, a quem vê, é um mentiroso* (1Jo 4,20). A propósito, quantos mal-entendidos sobre o que é religião, e quantos crimes em nome de um falso conceito da religião têm sido cometidos, a partir da própria Bíblia, apesar de já tantos séculos antes do Senhor Jesus o profeta Oséias ter proclamado: *É a misericórdia, a solidariedade, o amor interumano* (em hebr. *hesed*) *que eu quero, e não o sacrifício ritual, ou seja, os atos de religião* (Os 6,6)...

Por outro lado, a Bíblia é um livro fechado, lacrado a sete selos, como o livro que está nas mãos de Deus na visão do capítulo 5º do Apocalipse, livro que só o Cordeiro imolado, isto é, o Cristo no seu mistério pascal, morto e ressuscitado, é capaz de abrir. Entretanto, o Pai revela “estas coisas”, isto é, os seus segredos, aos pequeninos, aos humildes, que sabem captar o essencial da



Bíblia; e pelo contrário, Ele esconde “estas coisas”, completa Jesus em Mt 11,25, aos entendidos, aos sábios deste mundo, que escrevem livros e livros e se emaranham nos problemas que eles mesmos levantam, sem terem olhos para o essencial.

Como quer que seja, na nossa cultura marcada por tantas especializações e especulações, é normal que se excite a curiosidade e se levantem questões e se descubram sempre novos aspectos, antes insuspeitados. Esse progresso, aliás, faz parte da experiência humana, e é até contemplado numa das promessas do Senhor Jesus a seus apóstolos: *O Espírito da Verdade, que procede do Pai, vos conduzirá à plenitude da Verdade* (Jo 16,13), isto é, nos fará ir crescendo na apreensão da Verdade que sempre nos ultrapassa. Ora, a essas perguntas procura responder a exegese bíblica, que investiga o texto e seu contexto: o contexto literário, o contexto histórico (sócio-político-econômico-ideológico) do autor sagrado, que evidentemente não era uma ilha na comunidade onde vivia, mas também o contexto existencial do leitor de hoje, com a consciência aguçada dos direitos humanos e da preocupação ecológica etc. Tudo isso, evidentemente, não pode deixar de influir na leitura e interpretação do texto sagrado.

No meio, porém, de toda essa gama de questões e problemas, confortamos as certezas que nossa fé católica nos proporciona, a saber, os princípios que norteiam a exegese católica. Mesmo servindo-se de todos os métodos que a ciência possa desenvolver, o exegeta católico tem a consciência de que ele não é um intérprete isolado, mas é alguém inserido na sua comunidade de fé que é a Igreja, na qual a Bíblia nasceu e na qual ela é lida comunitariamente, de modo especial na liturgia. O exegeta católico sabe que a Bíblia nasceu da Tradição e é interpretada dentro desta corrente da Tradição que, para nós, cristãos, remonta a Cristo e aos apóstolos e continua ao longo dos séculos, gozando perenemente da assistência do Senhor e do seu Espírito. O exegeta católico reconhece também, como lembra o Concílio, a autoridade do Magistério vivo da Igreja, ao qual compete o ofício de interpretar autenticamente a Palavra de Deus escrita ou transmitida, e cuja autoridade se exerce em nome do Senhor Jesus (DV, 10). No entanto, dentro da sua competência, e “enquanto amadurece o julgamento” do Magistério, o exegeta vai realizando o seu “trabalho como que preparatório”, sempre atento ao “conteúdo e à unidade de toda a Escritura, e levadas em conta a Tradição viva da Igreja e a analogia da Fé” (DV,12).

A propósito, cito o final do já mencionado documento da Pontifícia Comissão Bíblica sobre “A interpretação da Bíblia na Igreja”, de 1993: “A exegese católica deve... manter a sua identidade de disciplina teológica, cuja finalidade principal é o aprofundamento da fé. Isso não significa ter compromisso menor com uma pesquisa científica mais rigorosa, nem a deformação dos métodos por preocupações apoloéticas. Cada setor da pesquisa (crítica textual, estudos linguísticos, análises literárias etc), tem suas próprias



regras, que é preciso seguir com toda a autonomia. Mas nenhuma dessas especialidades é uma finalidade em si mesma. Na organização de conjunto da tarefa exegética, a orientação em direção à finalidade principal deve permanecer efetiva e evitar os desperdícios de energia. A exegese católica não tem o direito de se parecer com um curso d'água que se perde nas areias de uma análise hipercrítica. Ela deve preencher na Igreja e no mundo uma função vital, isto é, contribuir para uma transmissão mais autêntica do conteúdo da Escritura inspirada”.

Conclusão

Multiplicam-se os meios de estudo e difusão da Palavra de Deus. Entre eles, a Pontifícia Comissão Bíblica, agora centenária, desempenhou, a seu tempo, papel relevante. Por tudo, seja Deus louvado. E Ele, que inspirou os autores sagrados a escreverem a Sua Palavra, e que inspira os exegetas bíblicos a aprofundar o seu sentido e a comentá-la, Ele nos conceda a todos nós a graça maior de vivê-la. Porque é na prática, na vivência da Palavra, que encontraremos a Vida (cf Dt 30,20; 1Jo 3,14)

Endereço do Autor:

ITESC – Cx.p. 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC
email: neybrasi@terra.com.br



O artigo reflete sobre a questão educativa no Seminário, partindo da Optatam Totius do Vaticano II, promulgada em 1965, e seguida por uma série de documentos e instruções eclesiais, tanto em âmbito universal como em âmbito brasileiro, documentos que culminaram na Pastores Dabo Vobis de 1992. Depois de refazer o percurso histórico, o autor informa sobre a evolução do tema nestes quase quarenta anos e propõe sinalizações para a tarefa educativa, insistindo em que não se perca de vista o caminho percorrido, para melhor poder-se avançar.

O Seminário e a questão educativa

*Pe. Vitor Hugo Mendes**

* Vice Presidente da Organização dos Seminários Latino-americanos – OSLAM, Coordenador Acadêmico da Escola de Formadores – OSIB/CRB/SC, Doutorando em Educação/UFRGS.